
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA FORMAÇÃO DO ESCRITOR BRASILEIRO

Leila Pinheiro Xavier¹

RESUMO: Motivados pela urgência em reparar a ausência de ações em prol da escrita nas políticas públicas para a literatura em nosso país, propomos neste artigo uma reflexão sobre o desafio contemporâneo de inserção cultural dos grupos minoritários na cultura letrada. Iniciando pela mobilização de conceitos de *cultura* e *políticas públicas*, avançamos pela historiografia nacional das políticas culturais até investigarmos as atuais necessidades para a construção de uma política para a criação literária. Para fundamentar esta proposta, analisamos as demandas do manifesto *Temos Fome de Literatura*, produto do Movimento Literatura Urgente como uma saída para formação de novos escritores em uma sociedade dominada pelas grandes empresas de comunicação e pelo monopólio econômico editorial.

PALAVRAS-CHAVE: escritor, formação, políticas públicas.

ABSTRACT: Motivated by the urgency to repair the absence of actions to promote writing on public policies for literature in our country, this article proposes a reflection on the contemporary challenge of cultural integration of minority groups in the lettered culture. Beginning by mobilizing concepts of culture and public policies, we advanced on the national historiography of cultural policies until we investigated the current needs for building policies for literary creation. In support of this proposal, we analyzed the demands of the manifesto *Temos Fome de Literatura*, produced by Movimento Literatura Urgente, as a way for formation of new writers in a society dominated by large media companies and by the editorial economic monopoly.

KEYWORDS: writer, formation, public policies.

¹ Mestranda em Crítica Cultural da UNEB. Bolsista Capes. Email: leilapinheiro8@gmail.com.

A enorme amplitude assumida pela cultura na contemporaneidade é sentida pela diversidade de instituições, práticas, linguagens, meios, ideários, intercâmbios e interfaces culturais. Os desdobramentos de estudos, políticas e práticas culturais que articulam cultura e política, cultura e singularização, cultura e uma diversidade de outros dispositivos, confirmam o valor que as discussões culturais ganham na contemporaneidade.

De modo mais otimista, no século XX, *cultura* tornou-se um conceito que explica e potencializa a própria condição humana. Para revisitarmos a trajetória das políticas culturais para o livro, buscando entrever ações para a construção de uma política pública para a criação/escrita literária, que é o escopo deste trabalho, é importante que tornemos clara a noção de cultura empregada aqui. Elegemos, dentre a multiplicidade de sentidos que este signo assume aquele(s) que possui(em) um caráter mais crítico e libertário. Tal conceito foi subtraído das noções de cultura defendidas por teóricos da antropologia e de outras áreas do conhecimento, a exemplo de Franz Boas, Bronislaw Malinovsky, Levi Strauss, Victor Turner, Clifford Geertz, John B. Thompson, Marshall Sahlins, Jonathan Friedman e Adam Kuper, dentre outros. Essas contribuições oferecem uma visão do entendimento sobre cultura ao longo da história e situa o surgimento dos estudos antropológicos.

De maneira sucinta, passamos pelo entendimento de cultura no campo da antropologia com Malinovsky (1975) por meio do funcionalismo. Vista como um sistema integrado, com uma lógica precisa, tudo dentro de uma cultura funciona e trabalha para a satisfação de uma necessidade individual, cultural ou social. O importante nessa ótica é verificar como as sociedades e as culturas funcionam, como cada grupo humano satisfaz as suas necessidades.

Já o antropólogo Franz Boas (2004) apresenta uma crítica aos métodos de pesquisa sobre o desenvolvimento histórico da civilização que se centram na evolução (evolucionista) e na difusão (difusionista), afirmando que os mesmos não têm validação pela moderna ciência da cultura (Etnologia). Ele propõe um novo método que estude as mudanças dinâmicas em uma única sociedade no presente. Cada grupo cultural possui uma história própria e única, e, assim, é mais importante esclarecer os processos locais do que propor grandes leis de desenvolvimento da civilização.

Essas duas noções de cultura são seguidas pela ideia de que é preciso explorar as inter-relações através das quais o significado é produzido dentro de uma cultura. De acordo com este pensamento estruturalista, os significados dentro de uma cultura são produzidos e reproduzidos através de várias práticas que servem como sistemas de significação. Seu principal defensor foi o antropólogo Lévi-Strauss.

A partir dos estudos de Turner (1957), temos uma reviravolta na perspectiva conceitual, pois a cultura passa a ser vista como um conglomerado de símbolos que devem ser analisados. Geertz (1989) avança nesta direção por uma inconformidade com os métodos etnográficos de sua época. Ele enfatiza a dependência humana dos símbolos e a necessidade de interpretação das culturas. Segundo Geertz, a cultura humana é como um texto que deve ser lido e interpretado pelo pesquisador. Essa perspectiva também apresenta algumas limitações, todavia permite o surgimento de outras que avançam sobre determinados pontos. Destacamos dentre estes a proposta de Thompson (1995), que estabelece uma relação com a modernidade ao tratar da emergência dos meios de comunicação de massa no campo cultural; a de Sahlins (1979), ao defender o materialismo histórico com sua análise da produção simbólica da sociedade ocidental; a de Friedman (1999), ao afirmar que a identidade cultural é marcada na contemporaneidade pela prática de consumo e produção; e por último, a de Kuper (2002), chamando a atenção para o fato de que separar as esferas culturais não foi uma boa estratégia para entender a identidade cultural.

Tais conceitos de cultura nos proporcionam uma visão panorâmica histórica que passa pela concepção clássica: processo de desenvolvimento intelectual ou espiritual; depois pela concepção descritiva: conjunto de crenças e valores de uma dada sociedade; e pela concepção simbólica: em que o interesse se volta para a interpretação dos símbolos culturais; até chegar à concepção estrutural de cultura, cuja máxima afirma que os fenômenos culturais podem ser entendidos como formas simbólicas em contextos estruturados. Desse modo, ressaltamos que o conceito de cultura que mais se aplica à contemporaneidade está relacionado à condensação dessas perspectivas, produzindo um olhar mais abrangente sobre o processo de criação, produção, gestão, preservação, formação, difusão, consumo e reflexão dos bens culturais. Uma noção que se aproxima do conceito de cultura defendido por Raymond Williams:

é todo um conjunto de práticas e expectativas, sobre a totalidade da vida: nossos sentidos e distribuição de energia, nossa percepção de nós mesmos e nosso mundo. É um sistema vivido de significados e valores – constitutivo e constituidor – que, ao serem experimentados como práticas, parecem confirmar-se reciprocamente. (WILLIAMS, 1979. p. 13)

Sendo assim, a noção de cultura que está presente aqui é a de um conglomerado de ações sociais que tem por objetivo a conformação de significados e sentidos para a vida em sociedade. Tal noção é fundamental para passarmos a uma reflexão da importância das políticas públicas que valorizam o surgimento de novos escritores. Sendo a literatura uma destas ações, pensar em políticas públicas para a escrita literária é pensar o espaço da cultura letrada para nossa sociedade.

Sem o intuito de nos atermos em demasiado a tais noções, propomos uma síntese do conceito de políticas públicas através do trabalho de Souza (2006), que busca mapear como a literatura clássica e contemporânea definiu o termo. Partindo do questionamento sobre como surgiu a área de políticas públicas, a autora cita o modo como vêm à tona as discussões desta natureza e seus percussores. Desprovida da preocupação de fechar um conceito único, ela faz menção à definição de Mead: “um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas”; de Lynn: “um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos”; de Peters: “soma de atividades dos governos que agem diretamente ou através de delegação, e que influencia a vida dos cidadãos”; de Dye: “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”; e finalmente, de Laswell: “Decisões e análises sobre políticas públicas implicam em responder: quem ganha o quê? Por quê? E Que diferença faz?” (SOUZA, 2006). Tais definições orbitam em torno de preferências, interesses e ideias. De modo igualmente sintético, políticas públicas, como se entende neste artigo, são ações em torno de colocar o governo em atividade ou propor mudanças nos rumos das ações.

Essa ideia síntese, entretanto, não pode ser entendida como uma transferência de responsabilidade sobre o papel político do indivíduo contemporâneo. Conforme aponta Chauí (2007), é preciso inteirar-se sobre a responsabilidade do Estado e da sua participação na construção de uma cidadania cultural, entendendo que as pessoas precisam saber que a democracia se realiza a

partir da prática de participação. Todos têm o direito de participar das decisões políticas, intervir nas diretrizes culturais e nos orçamentos públicos, a fim de garantir tanto o acesso, quanto a produção de cultura pelos indivíduos. Enquanto, é preciso a participação cidadã porque a democracia está em constante movimento.

A partir dessa perspectiva, ressaltamos a importância de trazer à tona a discussão acerca da criação de uma política pública para a criação literária, construindo um lugar de politização da cultura e tentando superar as tristes tradições de “ausência, autoritarismo e instabilidade” (RUBIM, 2010) do governo no que tange às políticas culturais para a escrita literária.

Na contemporaneidade, é possível afirmar que o exercício da crítica é um ofício de todos. Pensar criticamente é pensar em alternativas ao hegemônico. Na sociedade do conhecimento, o nosso lugar é multicultural, híbrido, e, portanto, um lugar que põe em suspeita tudo aquilo antes visto como total, pleno, universal.

Na introdução da obra *Convite à Filosofia*, Chauí (2000) nos oferece uma análise comparativa das personagens do filme Matrix com outras da mitologia grega. Nesta avaliação, ela sinaliza que o ‘escolhido’ para destruir a matrix, computador gigantesco que escravizava os homens, é reconhecido por ser alguém que sempre desconfiou da realidade. Essa atitude filosófica de indagar é de especial relevância para a reflexão cultural. É importante descobrir o modo como os grupos sociais se organizam em torno de uma questão, muito mais do que entender o porquê de suas escolhas. Um modo de pensar criticamente que rompe com o comportamento hegemônico de refletir a realidade.

Dentro dos estudos literários, evoluímos de uma perspectiva que considerava o texto como produto e a relação entre o autor e o leitor (retórica literária) para uma perspectiva mais formalista com o Formalismo Russo. Para essa corrente teórica, apenas o texto em seus diversos níveis - semântico, sintático e fonológico - era considerado. Em seguida, foi criada uma abordagem extremamente detalhada dos elementos técnicos ou formais do texto *New Criticism*. Concomitantemente, a crítica se aprimorou metodologicamente com a proposta universalizante do Estruturalismo.

Nessa última perspectiva, a investigação da obra seria feita por meio de uma estrutura de significados. O desconstrutivismo utiliza esse conceito para

desenvolver outra forma de pensar o objeto, propondo uma desconstrução na noção de centro que o estruturalismo prega. É somente com o *New historicism* que se propõe pensar a forma mental da época estudada, pois o passado é algo que se busca, não é uma verdade construída, é algo projetado.

Essa perspectiva que altera o modo de olhar para o passado, buscando ressignificar a história faz com que a preocupação se volte para a revitalização dos discursos, para uma reflexão sobre como os eventos interferem na vida dos indivíduos e grupos, norteiam essa revisita a história das políticas culturais no Brasil. Assim, estamos pensando no espaço atribuído à criação literária.

Rubim (2007) é quem primeiro nos oferece uma cartografia das políticas culturais em nosso país, utilizando como substrato a bibliografia existente nas mais diversas áreas do conhecimento sobre o tema. Sua contribuição é fortemente marcada pela perspectiva de compreensão da historiografia das políticas culturais associadas a uma reflexão da condição atual deste campo. Para tanto, o autor elege três características dessas políticas ao longo da história cultural brasileira e sobre elas nos apresenta o panorama em questão.

Começando pela tradição que Rubim denomina de *ausência*, somos convidados a perceber na história brasileira desde os tempos de colônia até o governo de Fernando Henrique Cardoso a 'presença de uma ausência' em relação às políticas culturais brasileiras. Do período de colonização, ele extrai: o menosprezo e a perseguição de culturas indígenas e africanas; a proibição de instalação de imprensa; o controle de circulação de livros (que particularmente nos interessa aqui) e a inexistência de ensino superior e universidades como exemplares do que ele denomina de obscurantismo no período colonial.

O processo de independência brasileira também revela a marca da ausência, da falta de incentivo para a pesquisa e as descobertas. Segundo Rubim, as atitudes pessoalizadas do imperador D. Pedro II, em financiar alguns criadores culturais, não se configuram como uma nova atitude do país em relação à cultura. A República também não traz muitos avanços no sentido de institucionalizar uma política cultural na virada do século XX. Com a nova República, o Estado se mantém apenas como agente financiador e permanece sem se envolver em deliberações, escolhas e prioridades. Tanto na gestão de Getúlio Vargas, quanto de Juscelino

Kubitschek as políticas públicas são abertas para a cultura em geral, com a valorização da era do rádio no Brasil. Com o governo Militar, as políticas públicas são voltadas para o controle. A censura passa a ser o controle do Estado. No Brasil pós-ditadura, há diversos projetos que tentam resgatar a história do povo silenciado, mas ainda se tratam de ações isoladas. O governo de Fernando Henrique Cardoso não fez diferente e o Brasil colocou a cultura nas mãos do mercado através das leis de incentivo.

Portanto, o problema da ausência de que nos fala Rubim (2007, p.2) está acompanhado de outro que ele denomina de *autoritarismo*, cuja premissa é de que os grandes avanços na formulação sistemática de uma política cultural em nosso país são manifestadamente notados nos períodos de maior autoritarismo, onde o Estado assumiu um papel mais ativo. Exemplares dessa afirmação são as ações no período do Estado Novo e da ditadura militar, que, de algum modo, realizaram uma intervenção potente no campo cultural. Com o golpe militar de 1964 investiu-se fortemente no desenvolvimento das indústrias culturais no Brasil. A ditadura militar esboçou legislações culturais e criou muitos organismos no campo cultural, além de criar o primeiro Plano Nacional de Cultura. Esta relação entre cultura e autoritarismo também se manifesta em um plano macrossocial, segundo Rubim, quando se revela a exclusão das manifestações culturais das minorias.

A presença dessas duas tradições produz *instabilidade*, característica que no trabalho de Rubim vai aparecer como a terceira das *tristes tradições*. Para ele, a instabilidade decorre de inúmeros fatores, dentre os quais cita: a ausência de políticas culturais, as agressões do autoritarismo, a problemática implantação de um ministério, a impermanência dos seus dirigentes, a pequena destinação de orçamento para a cultura, “a quantidade e a localização de seus equipamentos culturais; as dimensões quantitativa e qualitativa de seu corpo funcional e a existência ou não de políticas públicas e/ou de Estado (...)”. (RUBIM, 2007)

Na trajetória mapeada por Rubim, em nenhum momento fala-se com especificidade do papel de Estado quanto à formação do escritor. Embora ele cite as ações pontuais feitas no Brasil-colônia a ausência de uma política mais específica justifica a reflexão de Lindoso (2004) que ao tratar da possibilidade do Brasil ser um

país de leitores acaba por nos mostrar o cenário editorial brasileiro, cuja produção se sustentou por muito tempo nos livros didáticos.

Nessa obra, Lindoso, tal como Rubim, também nos apresenta um panorama das ações culturais em nosso país, desta vez, em prol dos livros, e defende uma política cultural democrática para o livro que faça girar a roda da produção discursiva/literária/editorial. Em seguida, apresenta o comportamento da indústria editorial no Brasil com seus ranços e avanços e trata do fomento ao livro. Dedicou seu último capítulo ao tratamento da diversidade cultural exercendo, em todo momento, uma postura de criticidade frente à realidade apresentada. Seu trabalho, para além de fomentar a leitura/escrita por si, propõe uma reconstrução do sentido de pertencimento, um empoderamento da palavra que deve ser transversalizado pelas políticas culturais governamentais, que, em tese, possibilita e incita a formação para a escrita.

Na defesa de uma política cultural para a formação de escritores, voltamos ao exercício vital da contemporaneidade: a crítica. Isto porque repensar a cultura, as políticas culturais, o letramento, a literatura e seus modos de produção exige um exercício de reflexão, de entendimento da nossa própria história, sociedade, cultura e identidade. Atendemos, assim, a um convite para descobrirmos-nos enquanto sujeitos multiculturais. Superando o simples interesse de ensinar a escrever literatura. Na verdade o que se pretende é ensinar a escrever a si mesmo, a se mover dentro do mundo.

Ao lutar pelo resgate do direito da palavra escrita, tentando entrever nesse percurso as subjetividades que nos fizeram entender que este lugar discursivo não era nosso, cujas tradições de ausência, autoritarismo e instabilidade nos puseram em lugar de desvantagem cultural, pretendemos superar estes desafios abrindo espaço para que novas políticas de incentivo à escrita e à produção literária sejam lançadas nas bases nacionais, promovendo um empoderamento cultural que se manifesta por uma ação formadora e estruturadora do ato de escrever.

CAMINHOS POSSÍVEIS

A história das políticas culturais no Brasil reflete a urgência de se criar uma política mais específica para a formação do escritor. Se analisarmos mais detalhadamente as ações empreendidas pelo Estado, com foco na Literatura, veremos a grande lacuna deixada na historiografia nacional. As políticas criadas para esta área focaram quase que exclusivamente ao longo destes anos nas ações de incentivo à leitura, deixando a criação literária num espaço de invisibilidade. Em seu manifesto *Temos fome de literatura*, o grupo Literatura Urgente, no início desta década, questiona a ausência do conceito *Literatura* no principal documento do país: *Plano Nacional de Cultura*. Este grupo chama a atenção para a necessidade de se pensar o espaço da escrita literária. Motivados pela urgência em reparar a ausência de ações em prol da escrita nas políticas públicas para a literatura, escritores contemporâneos mobilizam forças e se unem no intuito de propor novos caminhos para o fazer literário. Esses sujeitos questionam as poucas práticas demandadas pelo poder público para fomentar a escrita e propõem uma mudança no quadro.

Entre 1935 e 1938, época em que contamos com a presença de Mário de Andrade, no Departamento de Cultura de São Paulo, tivemos o cenário de criação das políticas públicas para a Literatura em nosso país. Antes disso, tínhamos apenas algumas bibliotecas religiosas que vetavam à grande maioria da população o acesso ao acervo criando um distanciamento entre a cultura escrita e a população.

Com a criação do Instituto Nacional do Livro em 1937, as ações se centram em torno de uma política do livro e são criadas a Campanha nacional do livro e o serviço nacional de bibliotecas nos anos de 1960 e 1961, promovendo a preocupação com a seleção das obras mais apropriadas aos interesses de leitura de cada comunidade e o reconhecimento do município como produtor de cultura. (PAIVA, 2008). É somente entre 1985 e 1989 que começam a ocorrer algumas mudanças: as bibliotecas públicas passam a ser espaços de convivência cultural da comunidade; e cria-se uma política de bibliotecas autônomas. As ações a partir deste ponto também estão focadas na política para bibliotecas. É curioso observar que até este momento da historiografia das políticas culturais para a literatura, o foco está voltado apenas para o produto: livro. Somente no governo de Lula, em 2003, surge o desafio da inclusão social e os programas governamentais mantêm o foco no acesso dos

cidadãos aos bens culturais. Como exemplo, temos o Pró-leitura, Proler, Fome do livro e Vivaleitura além do PNBE (Plano Nacional de Biblioteca Escolar) e o PNLD (Plano Nacional do Livro Didático).

A Lei do livro, sancionada no mesmo ano de 2003, institui a Política Nacional do Livro e da leitura, cujas bases norteiam as políticas para a literatura desde então: democratização do acesso; fomento à leitura e à formação para a leitura; valorização da leitura e da comunicação e apoio à economia do livro. Entretanto, ainda que tenhamos avançado nestes aspectos percebemos a invisibilidade do processo de criação, a seleção/interdição na difusão dos textos produzidos pelas classes minoritárias e uma distinção gritante entre as ações em prol da leitura e da escrita.

Uma diferença que não nasce na contemporaneidade, mas se revela desde a Renascença até o Século das luzes. O que acontece, no entanto, é que ainda prevalecem os mecanismos de controle que impedem o vir a ser da escrita e põem em lados opostos ações que são complementares. Dessa forma, a escrita literária e a sua necessária formação deixam de ser contempladas nas políticas culturais para a literatura.

Estes pares de oposição: produtor/consumidor, criador/criatura, são falsos uma vez que o ato de ler é também o de produzir sentidos. Uma política cultural eficiente para a literatura terá que se dedicar a estes dois eixos: leitura e escrita. Partindo de um conceito de cultura que engloba saberes e fazeres, a proposição de criação de uma política para a escrita literária deve considerar que a literatura enquanto cultura é um bem da coletividade. Isso faz com que o termo literatura, defendido pelo Movimento Literatura Urgente, assumam novas perspectivas ou pontos de vista na contemporaneidade, por isso mesmo ele não pode deixar de se fazer presente em nossas políticas culturais. Enquanto na concepção moderna a literatura era concebida como uma representação do real; na sociedade contemporânea, invadida pelos recursos tecnológicos e midiáticos, o texto literário se fragmenta em outros discursos, admitindo formas diferentes de expressar o cotidiano. Desse modo, a literatura salta do papel e reedita-se em outras linguagens. Assim, a ideia de uma política para a criação/escrita literária deve considerar uma gama muito maior de possibilidades do fazer literário e outros

espaços de produção e difusão dos textos que não se limitam apenas no produto livro. Essas novas tecnologias introduzem problemas de representação, abalam antigas certezas e exigem a reformulação de alguns conceitos.

Nesse contexto, o conceito de hibridização cultural, utilizado por Canclini (1998) ganha mais espaço. Esse novo modo de pensar a cultura serve para desmontar o discurso de cultura hierárquica (cultura, popular e de massa) permitindo que as vozes silenciadas possam sair da invisibilidade e se colocar também como literatura. Desmontando o pensamento hegemônico sobre o que é literatura, autor e obra, as sociedades pós-colonizadas seguem construindo um entre-lugar, para lembrar Santiago (2000). Nesse espaço de interseções, a literatura ganha outro papel além do estético. Ao se colocar em um novo espaço de produção e circulação, no qual se inserem vozes antes silenciadas, a literatura questiona um processo identitário e incorpora dimensões políticas, históricas e culturais. Por isso, o conceito de hibridização se expande por contemplar uma diversidade de misturas interculturais. Uma vasta gama de possibilidades que traz como desafio a necessidade de instaurar um processo de desigualdade natural das necessidades culturais. Assim, na construção de uma política pública para a criação literária são fundamentais a escuta e o envolvimento dos contemplados por estas políticas. O manifesto *Temos Fome de Literatura*, elaborado por aproximadamente 180 escritores contemporâneos, é um documento que trata dessa necessidade de espaço para os indivíduos envolvidos no processo.

Iniciado nas redes sociais em 2004, o Movimento Literatura Urgente revela-se como um dos movimentos revolucionários de maior repercussão na atualidade, reivindicando a participação dos escritores na elaboração das políticas públicas para a literatura.

O movimento aproveita o momento em que se discute a implantação do Plano Nacional do Livro e da Leitura para reivindicar produção e difusão do livro e da leitura no Brasil. Coloca em pauta uma questão até então não discutida: “Por que não se lançam políticas de incentivo à criação?” Uma pergunta que problematiza o entendimento do livro como produto e as suas relações com o mercado. A proposta inclui a criação de programas com critérios claros, bem definidos e ao alcance de

todos; bolsas de incentivo à criação e à participação dos escritores na criação de editais públicos e projetos.

São muito recentes as políticas culturais que procuram ver o problema não apenas pela ótica do criador, mas de todo o mercado, aí incluindo desde a produção industrial, divulgação, distribuição até os consumidores, o que, no caso do livro, envolve a questão do hábito de leitura. Não se pode conceber uma política cultural integrada que não leve e conta todas essas vertentes. (LINDOSO, 2004, p.41)

Este desejo de inclusão dos escritores e poetas na criação das políticas públicas para a literatura e o livro que defende que a voz dos artistas deve ter espaço nessas discussões e levanta também a questão sobre o que representa para um país a perda das condições de criação e circulação da arte e da cultura.

Na proposta apresentada pelo movimento Literatura Urgente, destaca-se ainda que a criação de uma política pública para a criação literária pode favorecer a profissionalização do setor. As principais reivindicações do grupo são: a inclusão do termo *literatura* nos documentos propostos pelo Ministério da Cultura; a criação do fundo nacional de literatura, do livro, leitura e biblioteca que se destinem 30% das verbas diretamente à criação e circulação literária; a inclusão da expressão 'fomento à criação literária', no segundo parágrafo, da lei da literatura, do livro, da leitura e das bibliotecas; a criação de um programa de compra de livros diretas do autor e ainda a criação de uma subcâmara setorial de fomento à criação literária composta por escritores, poetas e representantes do ministério da cultura.

Também apresenta propostas para uma política pública de fomento à criação literária através de programa de circulação de escritores e poetas que preveem a criação de caravanas para transitar pelas universidades e escolas estaduais e municipais do país, realizando debates sobre literatura, leituras públicas e lançamentos de livros e revistas. Este projeto seria estendido para o programa *Latinoamérica* de literatura e o programa *Entre-mares* de circulação das obras na América Latina e em Portugal; o programa primeiro livro, que busca dar visibilidade a novos escritores através da publicação, distribuição e divulgação do primeiro livro de novos autores; a bolsa criação literária para desenvolvimento de projetos literários; a produção de um sistema público de divulgação de livros em veículos

públicos para a circulação de literatura; e ainda a criação da jornada nacional literária, um grande evento anual congregando autores, professores e público com a finalidade de debater, realizar palestras, conferências e lançamentos de novas obras literárias.

Essas reivindicações que trazem questões como a diversidade cultural, a economia da cultura, a abertura no intercâmbio cultural internacional, a necessidade de tratamento da criação literária como parte do patrimônio cultural além da circulação dos bens culturais (mobilidade cultural), reabriram o debate sobre o modo de pensar a criação literária no Brasil, ao passo em que sinalizam possibilidades para a construção de uma política cultural voltada para a criação literária. Alvo de críticas diversas, favoráveis ou não, esse manifesto elaborado por nossos escritores contemporâneos, invisibilizados por muito tempo, propõe novos rumos para a criação literária brasileira e para as políticas públicas para a literatura. Escrever para as sociedades pós-colonizadas é um exercício que mobiliza questões de ordem política, identitária e cultural. Frente às mudanças no modo de dizer e no deslocamento do texto do papel para as telas na pós-modernidade é preciso um movimento para reorganizar esta escrita, uma ação que rompa com a fixidez do produto livro e prepare os indivíduos para o exercício de uma nova escrita que é também a escrita de si no mundo, de um novo capítulo na história cultural de nosso país. É dessa maneira que entendemos urgente a mobilização por uma política de criação literária no Brasil.

REFERÊNCIAS

BOAS, Franz. Alguns problemas de metodologia nas ciências. In: _____. **Antropologia Cultural**. RJ: Jorge Zahar Editor, 2004, p. 53-66.

CANCLINI, Néstor Garcia. Noticias recientes sobre la hibridación. In: HOLLANDA, Heloísa B. de; RESENDE, Beatriz. (Org.). **Artlatina: cultura, globalização e identidades**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000, p. 60-82.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**. Coleção Cultura é o quê. Secretaria de Cultura da Bahia. Salvador, 2007.

_____. Introdução: Para que Filosofia. In: CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000, p. 9-24.

FRIEDMAN, Jonathan. Ser no mundo: Globalização e localização. In: FEATHERSTONE, Mike. **Cultura Global: Nacionalismo, globalização e modernidade**. 3ª edição. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 329-348.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa. Por uma teoria interpretativa da cultura. In: _____. **A interpretação das culturas**. RJ: LTC, 1989, p. 13-41.

KUPER, Adam. Cultura, diferença e identidade. In: _____. **Cultura**. A visão dos antropólogos. Bauru: EDUSC, 2002. p. 287-311.

LÉVI-STRAUSS, Claude. A análise estrutural em Linguística e Antropologia. In: _____. **Antropologia Estrutural** 1. 4 ed. Rio de Janeiro, s/d. p. 45-70.

LINDOSO, Felipe. **O Brasil pode ser um país de leitores?** Política para a cultura/ Política para o livro. São Paulo: Summus, 2004.

MALINOWSKI, Bronislaw. Uma teoria científica da cultura. Caps. I, IV, VII, X. In: _____. **Uma teoria científica da cultura**. RJ: Zahar editores, 1975, p. 13-16;42-47; 69-75; 84-113.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Políticas culturais no Brasil: tristes tradições**. In: Revista Galáxia. São Paulo, nº 13, p. 101-113, jun. 2007.

_____. Políticas culturais no governo Lula. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (org.). **Políticas culturais no governo Lula**. Salvador: EDUFBA, 2010.

SAHLINS, Marshall. La Pensée Bourgeoise. A sociedade ocidental enquanto cultura. In: _____. **Cultura e Razão Prática**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. p. 185-242.

SANTIAGO, Silvano. **O cosmopolitismo do pobre**: crítica literária e crítica cultural. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. In.: **Revista Sociologias**. Porto Alegre, ano 8, n. 16. Jul/dez, 2006, p. 20-45.

THOMPSON, John B. Capítulo III. O conceito de cultura. In: _____. **Ideologia e cultura moderna**. Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 163-215.

TURNER, Victor. **Dramas, campos e metáforas**. Ação simbólica na sociedade humana. Niterói, RJ: Eduff, 2008.

WALTER, Roland. Mobilidade cultural: o (não-) lugar na encruzilhada transnacional. **Interfaces Brasil-Canadá**, Rio Grande, n.8, p. 37-56, 2008.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

_____. **Manifesto Temos Fome de Literatura**. Disponível em <http://portunholseelvagem.blogspot.com.br/2007/06/portunhol-seelvagem-apoia-el-movimento.html>. Consulta em 10/09/2013.

Recebido em 13 de dezembro de 2013.

Aprovado em 11 fevereiro de 2014.